

SEMINÁRIO I – ATORES E CONTEXTOS DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

Notícia 2- 1ª versão

Aluno: Leonor Pereira Rebelo

Título: Educação sexual nas escolas, uma polémica com 15 anos

Autor: Isabel Leiria e Joana Pereira Bastos

Data: 25 de outubro 2024

Análise do meio de comunicação: O Expresso foi fundado em 1973, é um jornal nacional, que sai semanalmente. Em termos de acessibilidade, o preço é considerado moderado e um pouco acima da média dos jornais populares, o que o torna mais acessível para um público de classe média a média-alta.

Objetivo: Nesta notícia, as autoras pretendem primeiramente quebrar os estigmas em torno da educação sexual e dos temas nela abordados como identidade de género. Assim em par com este, as autoras pretendem promover a tolerância e a inclusão. Como se fala de um tópico com os tais estigmas, outro objetivo é provocar a reflexão e a reação por parte do público, não só pelo tema como pelas posições políticas de certos partidos. Visa, também, reconhecer e retirar a credibilidade de certos partidos políticos uma vez que existem conflitos políticos com a disciplina desde 2009.

Público-Alvo: A notícia em questão é especialmente relevante para pais, educadores, profissionais de saúde mental, legisladores, e qualquer pessoa interessada em temas de género, direitos humanos e educação sexual.

Temas em educação: Cidadania e Desenvolvimento; Identidade de Género; Educação Sexual Obrigatória; Política.

Síntese: A disciplina de Cidadania e Desenvolvimento reacendeu discussões sobre o conteúdo das suas aulas, especialmente no que diz respeito a educação sexual e questões de género. Num recente congresso do PSD, o primeiro-ministro Luís Montenegro anunciou a intenção de rever o currículo da disciplina, destacando-a como uma prioridade. Essa decisão provocou um aumento do debate público, com alguns políticos do PSD, CDS e Chega a criticar o que consideram como imposição de ideologias e atividades inadequadas para crianças. Como por exemplo, o deputado Paulo Nuncio (CDS-PP) afirmou que certas práticas escolares forçam crianças a questionar seu género, dando o exemplo em que certas escolas “os rapazes são obrigados a pintar a boca e as raparigas a pintar bigode”, além de assistir a peças de teatro com simulações de atos sexuais. Essas alegações não constam nas diretrizes oficiais de ensino, e a Direção-Geral de Educação destaca que o conteúdo é flexível, adaptável e implementado conforme o contexto educativo de cada escola, sem imposições fixas.

Análise: O debate sobre Cidadania e Desenvolvimento reflete as divisões políticas e sociais sobre o papel da escola não apenas na educação, mas também no fornecimento de orientação sobre temas sensíveis, como identidade de gênero e questões de respeito e diversidade. Por um lado, quem defende o programa argumenta que as crianças devem ser protegidas, por meio de aulas que lhes darão ferramentas para lidar com esses temas, e veem isso como uma parte integrante do seu desenvolvimento e segurança. Por outro lado, os críticos desta abordagem alegam que a disciplina envolve questões muito sensíveis para tentar “empurrar” aos alunos pelo sistema educacional, com o argumento que esse tipo de ensino cabe às famílias discutir. Afirmam que temem que a escola imponha pontos de vista ideológicos ou interfira na moral e cultura que querem passar aos seus filhos. Como resultado, a implementação de tais programas apresenta desafios, pois deve equilibrar a proteção e o respeito pela diversidade e pelo próximo com as preocupações dos pais, mantendo um diálogo que valorize as diferenças culturais e valores familiares. O uso da educação como ferramenta para promover uma sociedade mais inclusiva depende, assim, de políticas claras, transparência e envolvimento de todas as partes interessadas, incluindo pais e educadores, para minimizar tensões e potencializar o impacto positivo da educação sexual e da educação para a cidadania.

Identificação de outros meios que analisam o mesmo tema: O Público, a Revista Visão e o Diário de Notícias também publicam matérias com análises críticas e reflexivas sobre questões de identidade, políticas de saúde mental e educação inclusiva.

Notícia 2- 2ª versão

Título: Educação sexual nas escolas, uma polémica com 15 anos

Autor: Isabel Leiria e Joana Pereira Bastos

Data: 25 de outubro 2024

Análise do meio de comunicação: O Expresso foi fundado em 1973, é um jornal nacional, que sai semanalmente. Em termos de acessibilidade, o preço é considerado moderado e um pouco acima da média dos jornais populares, o que o torna mais acessível para um público de classe média a média-alta entre os 25 aos 65 anos.

Objetivo: Provocar reflexão no público ao destacar que se trata de um tema parcialmente político, uma vez que a notícia apresenta a opinião dos vários partidos sobre a disciplina de Cidadania. Por sua vez, expor e criticar a posição dos partidos da direita que são contra o ensino da Educação Sexual. Por fim, defender a integração da Educação Sexual na disciplina de Cidadania e apoiar os partidos que o fazem.

Público-Alvo: A notícia em questão é especialmente relevante para pais, educadores, profissionais de saúde mental e, especialmente para aqueles que trabalham no governo.

Temas em educação: Sex Education; Citizenship Education; Politics of Education;

Síntese: A notícia aborda a disciplina de Cidadania e Desenvolvimento que reacendeu discussões sobre o conteúdo das suas aulas, especialmente no que diz respeito a educação sexual e questões de género. Num recente congresso do PSD, o primeiro-ministro Luís Montenegro anunciou a intenção de rever o currículo da disciplina, destacando-a como uma prioridade. Essa decisão provocou um aumento do debate público, com alguns políticos do PSD, CDS e Chega a criticar o que consideram como imposição de ideologias e atividades inadequadas para crianças. Como por exemplo, o deputado Paulo Nuncio (CDS-PP) afirmou que certas práticas escolares forçam crianças a questionar o seu género, dando o exemplo de escolas em que "os rapazes são obrigados a pintar a boca e as raparigas a pintar bigode", além de assistir a peças de teatro com simulações de atos sexuais. Essas alegações não constam nas diretrizes oficiais de ensino, e a Direção-Geral de Educação destaca que o conteúdo é flexível, adaptável e implementado conforme o contexto educativo de cada escola, sem imposições fixas.

Desde 2009 que a Educação Sexual é obrigatória nas escolas, já as questões sobre identidade de género foram introduzidas entre 2011 e 2015 durante a governação de Passos Coelho. Apesar das críticas feitas pelos partidos mencionados anteriormente existem documentos de referência para docentes onde estão incluídos temas como "igualdade de género" e "sexualidade", que são obrigatórios em diferentes ciclos de ensino. Desde o pré-escolar, propõem-se objetivos como "desconstruir os diferentes papéis socioculturais em função do sexo" e "discutir o significado da promoção da igualdade de direitos e oportunidades entre homens e mulheres".

A notícia sublinha ainda opiniões de especialistas, como a pedopsiquiatra Ana Teresa Prata, que defende as orientações e que estas são uma proteção para as crianças. "A evidência científica demonstra que essa informação é protetora das crianças, no sentido de as salvar de eventuais situações de abusos". Sobre questões de género, Ana Prata destaca a importância de "ensinar o respeito pela diferença" e desmistifica o impacto das discussões sobre identidade de género. "Não faz nenhum sentido achar que, por se falar nestas questões, a criança pode ganhar dúvidas em relação à sua própria identidade de género que não estivessem lá previamente". A especialista sublinha ainda que o objetivo é criar condições para a expressão livre de cada indivíduo, promovendo uma sociedade mais tolerante.

Por fim, o ministro da Educação, Fernando Alexandre, lamentou o "ruído" e a "desinformação" que contaminam o debate. Esclareceu que a disciplina de Cidadania e Desenvolvimento continuará obrigatória, embora a revisão em curso por uma equipa de peritos determine eventuais alterações. Recordou também um caso judicial de 2018, onde um pai (Artur Mesquita Guimarães) impediu os filhos de frequentarem esta disciplina, provocando discussões semelhantes às de 2009, quando a Educação Sexual foi introduzida.

Análise: A notícia aborda a disciplina de Cidadania e Desenvolvimento e a Educação Sexual. Este tema divergiu opiniões tanto política como socialmente. A disciplina de Cidadania e Desenvolvimento uma divergência política e social em torno da abordagem de temas sensíveis como educação sexual, identidade de género e diversidade nas escolas.

A notícia demonstra a divergência presente tanto na política como na sociedade sobre os temas Educação Sexual e Identidade de Género serem abordados na disciplina de Cidadania e Desenvolvimento. As autoras da notícia apresentam opiniões de especialistas, como por

exemplo a pedopsiquiatra Ana Prata cujas declarações têm apoio de evidências científicas. Esta escolha de especialista e de informações comprovam a inclinação das autoras para a defesa destes temas.

Para além disto, a notícia está escrita de forma a criticar as posições dos partidos como o CDS e o Chega, cujas alegações são tratadas como exageradas ou sem fundamento. Como por exemplo, as afirmações “rapazes pintam a boca” ou “simulações de atos sexuais em peças de teatro” são desmentidas quando as autoras destacam que não constam das diretrizes oficiais. Assim, para além de criticarem as suas ideologias, ainda reforça a ideia de que a oposição utiliza desinformação para alimentar o debate público. Este suposto posicionamento neutro destes partidos é alimentado pelo medo de que a escola imponha ideologias e invada o espaço das famílias na educação de valores. Contudo, essa narrativa apresenta incoerências, porque ao evitar a discussão de temas como igualdade de género ou sexualidade implica uma escolha ideológica, ou seja, ao não abordar essas questões dá espaço para que estas desigualdades e preconceitos de perpetuem.

Para alcançar um equilíbrio, onde existe uma sociedade mais inclusiva e respeitosa pelas diferenças culturais, é essencial que as políticas educacionais sejam claras, transparentes e participativas, onde se envolve pais, educadores e especialistas no processo de construção curricular. Apenas com um diálogo aberto e informado será possível reduzir as tensões que este tema tem trazido e, assim maximizar o impacto positivo da disciplina Cidadania e Desenvolvimento, que tem o potencial de formar cidadãos mais conscientes, respeitosos e preparados para lidar com a diversidade.

Identificação de outros meios que analisam o mesmo tema: O Público, a Revista Visão e o Diário de Notícias também publicam matérias com análises críticas e reflexivas sobre questões de identidade, políticas de saúde mental e educação inclusiva.

Da 1ª versão para a 2ª: Melhorei os temas a partir do Thesaurus (<https://eric.ed.gov/>). Foquei-me em melhorar a Análise e corrigir erros ortográficos.